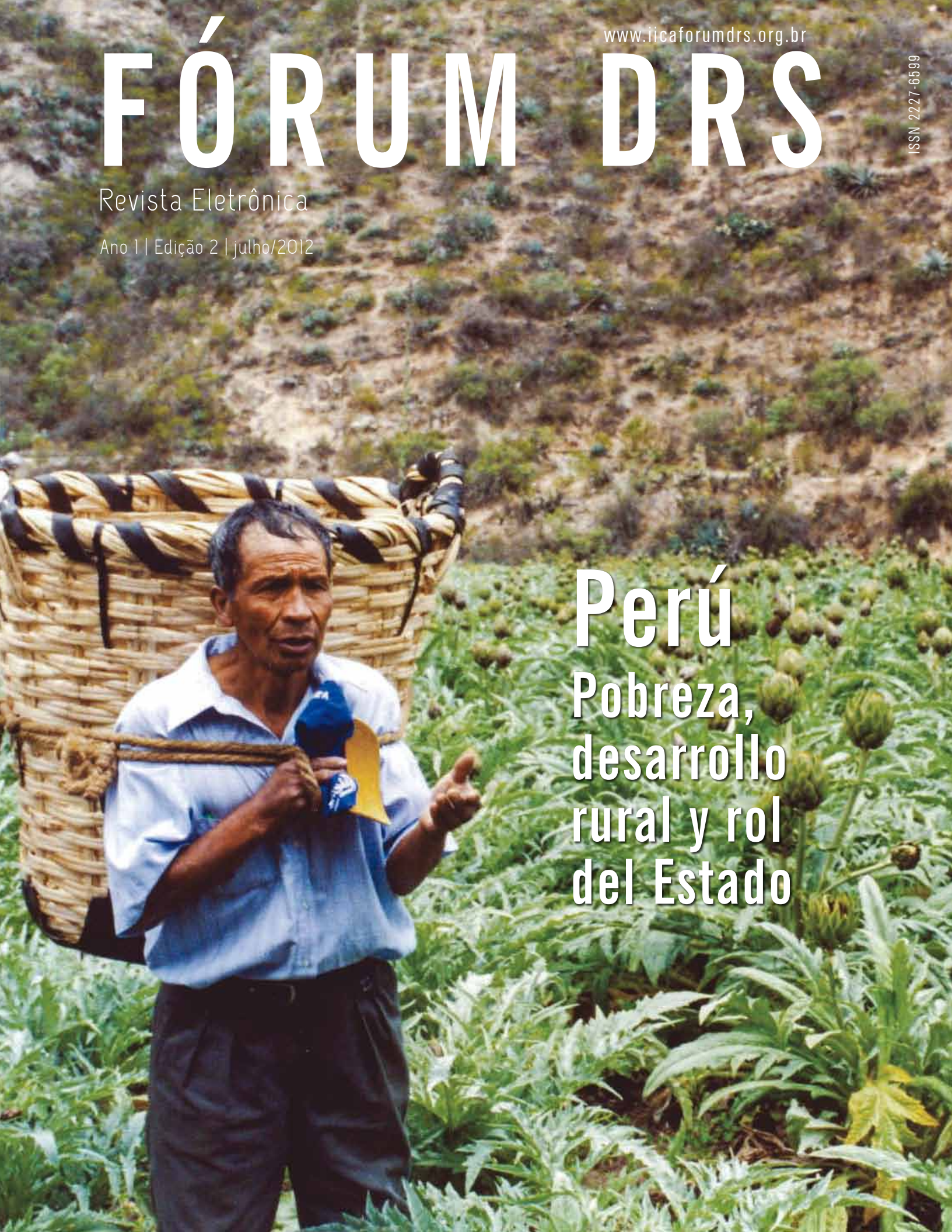


FÓRUM DRS

Revista Eletrônica

Ano 1 | Edição 2 | julho/2012

A photograph of a man in a light blue shirt and dark pants, carrying a large, heavy, woven basket on his back. He is standing in a field of green plants, possibly a vegetable garden or farm. The background shows a hillside with sparse vegetation. The man is looking towards the camera with a serious expression.

Perú

Pobreza, desarrollo rural y rol del Estado



70^o **IICA** 
1942 - 2012
ANIVERSÁRIO

*Semeando
inovação
para colher
prosperidade*



Uno de los compromisos de la Revista Fórum DRS es construir un espacio democrático y plural para la disseminación de prácticas exitosas de desarrollo rural sostenible. Con esta perspectiva, la segunda edición de la revista traza un panorama general de las iniciativas bien sucedidas actualmente en ejecución en América Latina. El Punto de partida de estas presentaciones es una entrevista de Byron Miranda, abordando los grandes desafíos entregados por América Latina para superar la pobreza rural y las desigualdades sociales en el continente, por medio de la promoción de políticas de desarrollo territorial. La entrevista sirve de contexto para la presentación de cuatro reportajes que analizan las iniciativas exitosas aplicadas en la región, son ellas: la realización de la segunda semana de desarrollo rural territorial realizada en San Pedro Sula - Honduras, cuyo objetivo fue el de divulgar experiencias de buenas acciones promovidas por la ECADERT; el Plan de Agricultura Familiar – PAF, iniciativa innovadora ejecutada en El Salvador; los Programas de Combate a la Pobreza y al Desarrollo Rural implementados por el Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social del Perú; y la experiencia brasilera en la lucha contra el hambre por medio de sus programas de seguridad alimentaria y nutricional.

Finalmente, la REVISTA DRS ofrece un homenaje a José Graziano da Silva, brasilero, primer Director General de la FAO, de origen Latinoamericano. Graziano por su trayectoria personal, profesional y política con seguridad renovará los esfuerzos realizados por la FAO en su lucha contra el hambre y la superación de las condiciones de la pobreza a nivel mundial, en especial en los países que presentan los mayores índices de pobreza.



One of the commitments of the Magazine Forum DRS is to build a democratic and plural space for the dissemination of successful practices for sustainable rural development. With this perspective, the second edition of the magazine gives an overview of the initiatives currently running well successful in Latin America. The starting point of these presentations is an interview with Byron Miranda, addressing the challenges provided by Latin America to overcome rural poverty and social inequality in the continent through the promotion of territorial development policies. The interview provides context for the presentation of four reports that examine successful initiatives implemented in the region, are these: the conduct of the second week of territorial rural development held in San Pedro Sula - Honduras, whose objective was to disseminate experiences good actions promoted by the ECADERT, the Family Agriculture Plan - PAF, innovative initiative implemented in El Salvador, The Programs to Combat Poverty and Rural Development implemented by the Ministry of Social Development and Inclusion of Peru and the Brazilian experience in the fight against hunger through its programs of food security and nutrition.

Finally, DRS MAGAZINE brings homage to José Graziano da Silva, Brazilian citizen, the first Director General of FAO, of Latin origin. Graziano, for their personal, professional and security policy with renewed efforts by the FAO in its fight against hunger and overcoming poverty conditions worldwide, especially in countries with the highest poverty rates.



EDITORIAL

Um dos compromissos da Revista do Fórum DRS é construir um espaço democrático e plural para disseminação de práticas exitosas de desenvolvimento rural sustentável. Nessa perspectiva, a segunda edição da revista traça um panorama geral das iniciativas bem sucedidas atualmente em execução na América Latina. O ponto de partida dessas apresentações é uma entrevista de Byron Miranda, abordando os grandes desafios enfrentados pela América Latina para superação da pobreza rural e das desigualdades sociais no continente, por meio da promoção de políticas de desenvolvimento territorial. A entrevista serve de contexto para a apresentação de quatro reportagens que analisam iniciativas exitosas aplicadas na região, como sejam: a realização da segunda semana de desenvolvimento rural territorial realizada em San Pedro Sula, Honduras, cujo objetivo foi divulgar experiências de boas práticas promovidas pela ECADERT; o Plano de Agricultura Familiar – PAF, iniciativa inovadora executada em El Salvador; os Programas de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural implementados pelo Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social do Peru; e a experiência brasileira no combate à fome por meio de seus programas de segurança alimentar e nutricional.

Por fim, a REVISTA DRS presta uma homenagem a José Graziano da Silva, brasileiro, primeiro Diretor Geral da FAO, de origem Latino Americana. Graziano por sua trajetória pessoal, profissional e política certamente renovará os esforços realizados pela FAO para o combate a fome e a superação das condições de pobreza a nível mundial, em especial nos países que apresentam os maiores índices de pobreza.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

Diretor Geral: Víctor Villalobos

Representante do IICA no Brasil: Manuel Rodolfo Otero

Coordenação de Comunicação: Fernanda Tallarico

Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável

Coordenador Executivo: Carlos Miranda

Assessor Técnico: Breno Tiburcio

Assistente Técnico: Renato Carvalho

Jornalista: André Kauric



REVISTA FÓRUM DRS

www.iicaforumdrs.org.br

Conselho Editorial: Manuel Otero, Carlos Miranda, Breno Tiburcio, Byron Miranda, Alberto Adib e João Torrens.

Redação

Editora de Arte Patricia Porto

Jornalista responsável André Kauric

Diagramação Cartaz Criações e Projetos Gráficos
Milena Hernández Bendicho

Foto de Capa Comunicaciones - Foncodes

Fotos Arquivo IICA

Entre em contato com a redação

Representação do IICA no Brasil

SHIS QI 03, Lote A, Bloco F, Centro Empresarial
Terracotta

CEP 71605-450, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: (55 61) 2106-5477

Fax: (55 61) 2106-5458 / 5459

comunicacao@iicaforumdrs.org.br

A REVISTA FORUM DRS É UMA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA TRIMESTRAL. OS CONCEITOS EMITIDOS NOS ARTIGOS E MATÉRIAS ASSINADAS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO REFLETINDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO FÓRUM DRS.

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.



Seja nosso amigo: forum.drs

Siga-nos: <http://twitter.com/forumdrs>



Perfil

José Graziano da Silva

6

Licenciado em Agronomia, Mestre em Economia e Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Entrevista

Byron Miranda

12

Doctor en Filosofía, Especialista en Desarrollo Organizacional y Humano; Maestro en Ciencias, Especialista en Desarrollo Rural



Desafios do DRS

Pobreza, desarrollo rural y rol del Estado

16

Desarrollo rural territorial rompe fronteras y une voluntades en Centroamérica

22

Agricultura familiar: la apuesta salvadoreña

28

A experiência brasileira no combate à fome

34



Artigo de Opinião

Francisco Amador

10

Las políticas públicas para el desarrollo de los territorios rurales como el camino más seguro para alcanzar un desarrollo inclusivo

John Wilkinson

40

Inovação relacionada aos movimentos e políticas para agricultura familiar

Marcus Vinicius

44

O Legado da Rio+20 – do otimismo à realidade

Nazareth Wanderley

46

Cinco reflexões sobre as dinâmicas rurais do semiárido





José Graziano da Silva

“

De certo modo, o caminho em parte me escolheu antes que eu o escolhesse.

”

Raio X

José Graziano da Silva é licenciado em Agronomia, Mestre em Economia e Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Concluiu dois pós-doutorados, um sobre Estudos Latinoamericanos, pela University College de Londres, e outro em Estudos Ambientais, pela Universidade de Califórnia, Santa Cruz. Possui destacada trajetória profissional vinculada às áreas de segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento rural. Destaca-se a importante contribuição como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome do Brasil, com a responsabilidade de implementar o programa Fome Zero.



Foto: Arquivo FAO

Incentivador da construção coletiva do conhecimento histórico

À frente da FAO desde janeiro de 2012, Graziano dedicou mais de quatro décadas à luta pelo desenvolvimento, contra a desigualdade e a exclusão, e especialmente a fome no mundo

Figura presente nos noticiários de todo o mundo nos últimos meses, Graziano é o primeiro latino-americano a dirigir a instituição encarregada de combater a fome no mundo - FAO. Muito além disso, o que poucos sabem sobre o brasileiro é que essa caminhada começou há muitos anos na área da agronomia, uma influência das raízes geográficas e familiares. Nas palavras de Graziano: “de certo modo, o caminho em parte me escolheu antes que eu o escolhesse”.

Nasceu nos Estados Unidos, em 1949, na cidade de Urbana, no Estado de Illinois, no centro das pradarias norte-americanas que se haviam convertido desde então no celeiro da humanidade. À época, o pai José Gomes da Silva, sempre acompanhado da mãe Clementina Graziano, pesquisava, como parte do seu curso de pós-graduação, as alternativas de uso de uma leguminosa quase desconhecida no Brasil. O pai acreditava que o cultivo de tal leguminosa teria

um futuro promissor se pudesse neutralizar o gosto horrível do seu óleo em estado bruto. Era a soja.

Cresceu no interior do Estado de São Paulo, Brasil, entre os municípios de Campinas, Araras e Pirassununga, vivendo em um mundo essencialmente rural. Desde adolescente, se intrigava como um país tão rico podia abrigar tanta miséria e fome. Tal inquietação o levou ao vestibular para Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), na Universidade de São Paulo; e também para o de Economia, na Universidade Metodista, ambos em Piracicaba.

Manteve dois cursos universitários até 1968, quando foi eleito vice-presidente do Centro Acadêmico da ESALQ, assumindo um compromisso público que também o acompanha ao longo da vida. O tempo não permitiu conciliar as três atividades e renunciou, temporariamente, aos estudos em economia.

Em 1972, concluída a graduação em agronomia, ingressou no Mestrado de Economia Rural da própria ESALQ. Em 1974, iniciou a carreira de professor na Faculdade de Agronomia de Jaboticabal, mas logo se transferiu para o campus de Ciências Médicas e Biológicas da Universidade do Estado de São Paulo, da recém criada UNESP, em Botucatu. Ali ajudou a implantar e dirigir o primeiro Centro de Processamento de Dados da UNESP e também coordenou a primeira equipe de pesquisa, que resultou no primeiro livro publicado: *Agricultura e Produção de subsistência*, onde mostrava a diversidade da economia agrária brasileira e a importância dos pequenos agricultores na produção de alimentos no País.

Em 1977, começou o doutorado em Economia na Unicamp, para onde se transferiu como professor logo depois. “Como professor, sempre pedi aos meus alunos identificar uma idéia inovadora e discuti-la num texto

Foto: ©FAO/Giulio Napolitano



Embora ainda injusto
com parte do seu povo, o
Brasil hoje é o país menos
desigual da sua história.

reflexivo. É um aprendizado necessário entender que as idéias encorpam e ganham vida no matrimônio com a vida social. Se uma idéia for inovadora, vale a pena adaptá-la ao contexto social em que vivemos. Entender o quão árduo – e conflitante – é esse trabalho de aproximação e desbravamento é um apanágio da vida acadêmica do qual jamais podemos abdicar. E dele devemos nos orgulhar. Assim como devemos nos orgulhar, sem falsa modéstia, quando conseguimos acrescentar um único tijolo nessa construção coletiva do conhecimento histórico.”

Durante o doutorado, teve a inestimável oportunidade de “um aprendizado ao mesmo tempo ecumênico e rigoroso” com Maria da Conceição Tavares, João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo. “Eles cobraram o mergulho indispensável na leitura dos clássicos – todos eles; de Ricardo a Schumpeter, de Adam Smith a Marx, de Hilferdin a Keynes, de Weber a Lenin”, explicou.

Graziano escreveu 25 livros. “Neles, não encontrei nenhuma idéia que tivesse criado do nada.” Graziano acredita que

seu mérito foi de ter conseguido construir a partir de boas ideias, dele e de muitos outros, articulando o acadêmico com o social. E de tê-las apresentado na hora certa às pessoas certas. “O alicerce de todas as minhas reflexões partiu de um tijolo central: a percepção da natureza incompleta da modernização agrícola em países em desenvolvimento”, explicou.

Em 1981, conheceu a um amigo, ainda metalúrgico de São Bernardo do Campo, que o ensinou o que as lentes exclusivas da academia não enxergariam sozinhas. Era o futuro presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em um debate, quando ambos participávamos do movimento pela fundação do Partido dos Trabalhadores.

“Começou aí uma amizade assentada na inquietação e no desejo mútuo de fazer algo pelo Brasil. E começar a fazê-lo conhecendo melhor a sua realidade social. Não através de livros, mas através do contato direto com as realidades locais. Nas ‘Caravanas da Cidadania’ percorremos mais de 90 mil quilômetros entre 1993 e 2001, vasculhando o Brasil e seus desafios, mas também as suas energias, a tenacidade de seu povo, de Norte a Sul, Leste a Oeste; por terra, ar, asfalto e água. É uma história que ainda estou por escrever, dívida que não nego e

que pagarei assim que puder”, explicou falando do amigo.

Em 1983, começou um trabalho voluntário na Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). “A FETAESP estava à frente das preocupações com a emergência dos bóias-frias, cujo drama ganhou cores mais visíveis com o avanço no interior de São Paulo daquilo que cunhei como modernização dolorosa”, explicou.

Nos anos 90, ocupou-se do pós-doutorado no Instituto de Estudos Latino-Americanos em Londres, na Inglaterra, onde pôde conhecer o outro lado da moeda: a transformação do espaço rural numa realidade de urbanização muito distinta da brasileira. “O Brasil poderia trilhar caminho similar, rompendo a lógica da padronização inevitável de sistemas produtivos monocultores impostos pela concorrência globalizada.”

De volta a Unicamp, ajudou a coordenar o projeto *Rurbano*, para estudar as cada vez mais complexas relações Rural-Urbano, ancorado em um terceiro pilar do arcabouço de reflexão acadêmica: “o rural, cada vez mais, será um espaço comandado pela pluriatividade”. Logo depois, no ano 2000, na Califórnia, fez o segundo pós-doutorado.

Em 16 de outubro de 2001, o Dia Mundial da Alimentação, quando se comemora a criação da FAO, foi um dos dias mais marcantes para Graziano. “Naquela data, em conjunto com 100 companheiros - acadêmicos, professores e militantes apresentamos à sociedade a terceira versão do Projeto Fome Zero, que há dois anos era elaborado no Instituto Cidadania por uma equipe que tive o prazer de coordenar junto com Maya Takagi e Walter Belik”.

Em 2003, o desafio foi traduzir o compromisso histórico assumido anteriormente em política pública, agora como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome do Brasil. “Embora ainda injusto com parte do seu povo, o Brasil hoje é o país menos desigual da sua história. A fome e a miséria, que antes nos envergonhava, agora estão encurraladas por um guarda-chuva de políticas públicas que nasceu com o nome popular de Fome Zero. Com a ajuda da academia; com a certeza que a justiça social é o eixo que deve nortear o desenvolvimento; e a legitimidade de todo compromisso que assumido por toda uma sociedade; tenho a convicção de que, juntos, agregaremos mais um tijolo à luta contra a fome que hoje asfixia ainda hoje as vidas de um bilhão de seres humanos em todo o mundo.”



Francisco Amador es coordinador del Programa Pideral



Foto: Archivo IICA

Alcanzar un crecimiento con inclusión es una asignatura pendiente en muchas partes del mundo, incluso en regiones como América Latina, donde el crecimiento económico ha sido evidente en las últimas décadas. Las políticas sectoriales por sí mismas se han mostrado insuficientes para incluir a los colectivos más vulnerables y a los territorios rezagados.

El diagnóstico de por qué se produce esa situación parece ir convergiendo hacia dos argumentos: 1) El reconocimiento de las limitaciones de la planificación nacional y sectorial para adaptarse a las circunstancias específicas de territorios y colectivos concretos, especialmente a aquellos que se encuentran en condiciones más precarias y aisladas (normalmente territorios rurales). Propuestas generales irrelevantes ante condiciones específicas, dificultad de implementación y dificultad de acceso por parte de determinados sectores sociales y territorios a los beneficios de las políticas generales, centran los argumentos que explican la situación actual. 2) La imposibilidad de resolver los

Las políticas públicas como camino más seguro para un desarrollo

problemas de desarrollo de un país en base a la actuación de la cooperación externa.

Aunque la separación entre lo rural y lo urbano es hoy día menos nítida que en el pasado, y admitiendo que la relación rural-urbano forma parte de la solución del problema, no deja de ser verdad que hoy día los territorios rurales enfrentan todavía una serie de problemas que le son propios: dificultades in agricultura; dificultades en otros sectores productivos; infraestructuras insuficientes; percepción de diferencias con el mundo urbano más desarrollado; pobre "calidad de vida"; deterioro medioambiental; exclusión y gobernanza y gobernabilidad débiles.

Se está ganando consenso en la idea de que para alcanzar un desarrollo más inclusivo se necesita crear las condiciones que faciliten el acceso de colectivos vulnerables y territorios rezagados a los procesos de desarrollo y las posibilidades generales existentes; crear capacidades en colectivos concretos, territoriales, institucionales, organizativas y de acción a nivel local; y dar sostenibilidad a los procesos (que surgen o se impulsan) en los territorios rurales articulándolos con las políticas sectoriales tanto económicas como de servicios.

Las políticas públicas para el DTR representan el marco que facilita y hace posible la creación de ese conjunto de condiciones y capacidades necesarias. Las políticas de DTR cumplen dos tareas básicas: Identifican territorios, establecen reglas de juego, financian la organización de los actores en el territorio y la realización de proyectos propuestos y ejecutados por los propios actores locales; y establecen mecanismos de articulación del territorio con las políticas sectoriales coordinadas.

Para que las políticas para el DTR sean posibles se requiere, por una parte el compromiso político de los gobiernos, de llevarlas a cabo; y por otro capacidad técnica que ayude en la formulación de las mismas. Hasta el momento presente, el compromiso político, se ha revelado como una condición más difícil de lograr, que la capacidad técnica o financiera.

En el caso de América Latina, el momento actual es un buen momento para que los gobiernos asuman el compromiso con un desarrollo más inclusivo. La región pasa por un momento económico de relativa bonanza, que debería ayudar para asumir el reto. ■

VII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial:

dinâmicas rurais contemporâneas e políticas públicas

de 12 a 14 de novembro de 2012
Fortaleza – Ceará - Brasil

Público alvo:

Dirigido a atores sociais e representantes das organizações territoriais, gestores públicos, movimentos sociais, acadêmicos e entidades de fomento do Brasil e de outros países latino americanos e europeus,

Objetivo:

Promover um debate estruturado com vistas a construção de tipologias dos espaços rurais e analisar suas implicações para o aperfeiçoamento e fortalecimento das políticas públicas, de desenvolvimento territorial.

Em breve, inscrições pelo site

www.iicaforumdrs.org.br



Especialista del IICA hace un análisis de la cuestión del desarrollo territorial en la América Latina y El Caribe

Foto: Archivo Fórum DRS



Byron Miranda Abaunza

Byron Miranda Abaunza es nicaragüense; Doctor en Filosofía, Especialista en Desarrollo Organizacional y Humano, por la Atlantic International University, de los Estados Unidos; Maestro en Ciencias, Especialista en Desarrollo Rural, por el Colegio de Postgraduados de México; es graduado en Agronomía y Administración Agropecuaria en Nicaragua. Actualmente es Gerente del Programa de Agricultura, Territorios y Bienestar Rural del IICA.

Con una vasta experiencia en temas de DRT, Byron ha sido profesor en universidades nacionales y funcionario en el sector público agropecuario de Nicaragua. Participó en diversas misiones de cooperación técnica como consultor de diversos organismos internacionales, entre ellos: FIDA, FAO, COSUDE, CIAT, CI-RAD, Rockefeller Foundation; IBIS de Dinamarca; CARE International, Banco Mundial. En IICA fue coordinador de proyectos regionales, especialista regional en desarrollo rural, además de representante del IICA en Costa Rica y en Honduras.

*Con esta experiencia, Byron Miranda analiza en esta edición de la Revista Foro DRS a la actualidad del tema DRT en América Latina y el Caribe. Para el especialista, en la actualidad **la región se desenvuelve en un escenario global cada vez más interdependiente, volátil y de mercados en expansión.***

¿Cómo caracterizas la América Latina y el Caribe cuanto a los constantes cambios que ocurren en la región?

América Latina y el Caribe es una región heterogénea y de grandes contrastes, sin embargo el patrón común sigue siendo la persistencia de profundos desequilibrios sociales, económicos y ambientales entre países y al interior de un mismo país. La degradación de los recursos naturales y del ambiente, la intensificación de las causas generadoras de las condiciones que favorecen la pobreza y la exclusión social y las dificultades que los países están experimentando para insertarse en condiciones favorables en los procesos de globalización y apertura comercial, sin mencionar el difícil tránsito hacia procesos cada vez más democráticos, constituyen ejemplos de estos desequilibrios

¿Cuáles son las causas de estos desequilibrios?

Estos desequilibrios son una fuente de conflicto permanente en la región, el déficit de institucionalidad es una de las principales causas generadoras de inequidades y desequilibrios que reproducen la pobreza y la degradación ambiental y hacen insostenible el modelo de desarrollo adoptado. La superación del déficit en lo económico, social y ambiental pasa por la superación del déficit de institucionalidad.

En la actualidad la región se desenvuelve en un escenario global cada vez más interdependiente, volátil y de mercados en expansión. La mayoría de los países de la región registran importantes tasas de crecimiento económico, tuvieron capacidad de amortiguar con relativo éxito el impacto de las crisis financiera y económica de los países desarrollados y el impacto sobre las poblaciones más vulnerables fue menor que el esperado. La pobreza rural no creció aunque se mantuvieron y agudizaron los indicadores de desigualdad en la distribución de la riqueza y los ingresos.

El crecimiento de la economía en América Latina y el Caribe tuvo efectos diferenciados en los países y al interior de los mismos, en función de las dinámicas de los territorios rurales, las oportunidades y bondades de estas elevadas tasas de crecimiento fueron

aprovechadas en forma desigual al interior de los países, los territorios rurales compuestos principalmente por poblaciones indígenas y campesinas, pertenecientes a la denominada agricultura familiar y de pequeña y mediana escala, fueron los menos favorecidos.

En la visión convencional todavía dominante, lo rural se define en función de la propia visión de lo urbano, esta diferenciación campo-ciudad distingue lo rural por sus ocupaciones y tradiciones, ambas asociadas al atraso o rezago social y económico, en tanto que lo urbano se asocia a lo moderno, al desarrollo. Esta visión dominante explica en buena parte la concepción compensatoria y asistencial de las políticas y acciones de apoyo a lo rural que no hacen más que perpetuar el rezago de esos territorios y sus pobladores.

La vulnerabilidad climática y la seguridad alimentaria son reconocidos como asuntos críticos y están en la agenda política de los países de la región.

Existe un creciente flujo de inversiones de carácter extractiva, en turismo y también en conservación de recursos naturales. También se registran luchas por el control de los recursos naturales por parte de movimientos sociales: indígenas, afrodescendientes y campesinos.

El Mundo Rural está constituido por el conjunto de territorios rurales, entendidos como un continuo rural-urbano integrado y funcional, que configuran y vertebran un país, una región y el mundo.

¿Cuál es la visión de desarrollo vigente en la actualidad en América Latina y El Caribe?

Si algo caracteriza a América Latina y el Caribe en la actualidad es la búsqueda, la tormenta provocada por las crisis económica, ambiental y política, desdibujó de alguna forma los pensamientos dominantes y los países de ALyC en forma individual o agregados en bloques, se encuentra en la búsqueda y ensayo de vías alternativas para lograr avances significativos en cuanto a las cinco prioridades que aparecen en las agendas políticas de la región: inclusión social y económica; inclusión de los territorios rurales a la dinámica de crecimiento de la economía y la sociedad; competitividad; seguridad climática y energética; gobernabilidad en democracia.

Aunque sigue dominando una visión de crecimiento económico fundada en la apertura comercial y el libre comercio, cada vez hay más voces que des-

tacan que eso no es suficiente para superar los problemas de ALyC y por ello múltiples iniciativas al más alto nivel político de la región se anuncian como el proceso de construcción de una nueva visión de desarrollo.

¿Cómo esta concepción se proyecta en el medio rural?

En la visión convencional todavía dominante, lo rural se define en función de la propia visión de lo urbano, esta diferenciación campo-ciudad distingue lo rural por sus ocupaciones y tradiciones, ambas asociadas al atraso o rezago social y económico, en tanto que lo urbano se asocia a lo moderno, al desarrollo. Esta visión dominante explica en buena parte la concepción compensatoria y asistencial de las políticas y acciones de apoyo a lo rural que no hacen más que perpetuar el rezago de esos territorios y sus pobladores.

La sensación de búsqueda también se expresa en las ac-

Foto: Araivo Fórum DRS



ciones e intervenciones diseñadas para el mundo rural a partir del reconocimiento que las políticas, programas y proyectos de desarrollo rural sufren una especie de crisis de resultados y de ejecución, existe todo un movimiento orientado a superar el clásico enfoque sectorial que ha sido insuficiente para abordar una problemática compleja del mundo rural en sus múltiples dimensiones, sectores y actores que involucra. La Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial (Ecadert), aprobada en el 2010 por la Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Sistema de Integración Centroamericana, y ejecutada por los 8 Estados miembros del SICA en forma coordinada, es un ejemplo de búsqueda y de la creación de bienes públicos de carácter supranacional para abordar

problemas de la complejidad y magnitud de la inclusión de los territorios rurales a la dinámica de crecimiento de la economía y sociedad nacional.

¿Cuál es su comprensión del mundo rural?

En mi opinión el Mundo Rural es un término utilizado para reflejar la integralidad, el conjunto, una visión holística de lo rural más allá de la clásica dimensión económica con la que históricamente se ha clasificado el mundo rural como un simple sector, el sector agropecuario, limitado al peso económico de las actividades primarias agropecuarias. El Mundo Rural está constituido por el conjunto de territorios rurales, entendidos como un continuun rural-urbano integrado y funcional, que configuran y vertebran un país, una región y el mundo. Es por su naturaleza diverso, heterogéneo, comprende múltiples dimensiones (económicas, sociales y ambientales), sectores (agricultura, servicios, industria), y múltiples actores sociales, al mismo tiempo que posee diversos activos o capitales incluyendo los culturales, sicosociales, históricos, además de los clásicos económicos, sociales y de recursos naturales,

¿Cuáles elementos a considerar para repensar el mundo rural en América Latina y el Caribe?

Primero, superar la clásica visión dicotómica de lo rural y urbano, por una de continuun de integración funcional entre lo rural y lo urbano; Reconocer proceso/tendencia de descentralización política que otorga cada vez más poder, competencias y recursos a los gobiernos locales, al mismo tiempo que lo convierte por su proximidad, en el mejor espacio para el ejercicio ciudadano y la participación democrática; Creciente demanda por las amenidades que ofrece mundo rural; Reconocer la diversidad y heterogeneidad que lo define, especialmente una estructura económica diversificada, interconectada e interdependiente.; Concebir lo rural con el rostro de la gente que lo modela, de su institucionalidad, de sus principales activos incluyendo los de identidad, los sicosociales, históricos, espiritualidad, además de los convencionales; y revalorizar lo rural superando el clásico enfoque sectorial/económico que lo ha circunscrito a la producción primaria agropecuaria y trasladarlo al ámbito de las políticas y de la institucionalidad. Cuáles son los desafíos del DRS? Cómo enfrentarlos?

Los desafíos del DRT se refieren a : inclusión social y económica; inclusión de los territorios rurales a la dinámica de crecimiento de la economía y la sociedad; com-

petitividad; seguridad climática y energética; gobernabilidad en democracia.

Internalizando el desarrollo es de las personas y ocurre en los territorios, en consecuencia debemos impulsar acciones para fortalecer las capacidades organizativas, técnicas y políticas de la sociedad, las comunidades y las personas para que asuman el papel protagónico que les corresponden y sean autodependientes en las soluciones de los problemas que afectan al mundo rural.

En este sentido el desarrollo de la capacidad asociativa de los pobladores del mundo rural es vital para contar con organizaciones gremiales, económicas y sociales fuertes que concentren representatividad para lograr mayor incidencia en las esferas del poder político e institucional para hacer de los territorios rurales y particularmente de la agricultura familiar y de la de pequeña y mediana escala un asunto estratégico para la economía y la sociedad.

¿Cuáles son los desafíos de estas políticas?

El principal desafío consiste en la inclusión de los territorios rurales y sus pobladores, a la dinámica de crecimiento y bienestar de la economía y la sociedad nacional.





Pobreza, desarrollo rural y rol del Estado

Una nueva oportunidad para los pobres del Andes y la Amazonía parece tejerse desde el Estado, bajo el marco de un nuevo enfoque que busca construir políticas públicas sostenibles en una etapa del país en que se vive un sostenido ciclo de crecimiento económico y en la que se impulsa un modelo de desarrollo con inclusión social. Esta es la situación que se vive en el Perú, con la gran paradoja que es el propio crecimiento y desarrollo económico el que está generando un doble efecto: mientras se reduce la pobreza urbana y rural significativamente, al mismo tiempo crecen las brechas de la desigualdad en razón a una inequidad de oportunidades en diversas esferas de la vida económica y social peruana

El Gobierno del Perú ha decidido reordenar su aparato público para redefinir sus roles en materia de desarrollo rural, y en este contexto, ha introducido cambios en los procesos de gestión de los programas sociales y ha creado otros para atender a la población vulnerable, históricamente excluida por el Estado y configurada por las poblaciones rurales del país.

El Estado habrá de ir al encuentro de las comunidades indígenas y nativas, de campesinos que viven en situaciones de precariedad extrema, que por otra parte, han desarrollado múltiples estrategias de sobrevivencia pero insuficientes para generarles a sus descendientes las capacidades humanas para su desarrollo vital, humano y social.

Foto: Comunicaciones - Foncodes



Eduardo Ballón Echegaray

La pobreza en la sierra rural del Perú es del 66,7% y la pobreza extrema está en el orden del 27,6%; entre tanto, la pobreza en la selva rural llega al 55,5% y la pobreza rural extrema es de 21,4%. Y cabe decir que en las zonas rurales de extrema pobreza, las actividades principales y exclusivas que presentan la mayor ocupación, son las relacionadas a la agricultura, alcanzando un 90% en la sierra rural y un 93% en la selva rural (Encuesta Nacional de Hogares 2010 con actualización metodológica del Instituto Nacional de Estadística e Informática). Asimismo, de acuerdo al informe del Banco Mundial "Oportunidades para todos – Informe de Pobreza en Perú" (2005), los hogares pobres tienden a depender exclusivamente de la agricultura, mientras lo no pobres tienden a participar también de actividades no agrícolas, diversificando sus activos.

Eduardo Ballón Echegaray, sociólogo e investigador, ex Viceministro de Desarrollo Social y actual secretario técnico de la Asamblea Nacional de Gobiernos Regionales, señala que la pobreza rural en un país como el nuestro tiene rostro indígena, es mayoritariamente femenino y está territorialmente ubicado en las zonas andina y amazónica, alejada de los centros urbanos, y cuyas poblaciones, por tanto, están desvinculadas del mercado y de los sistemas de crédito.

Sin embargo, anota que desde abajo, hubo en el pasado reciente – y los hay actualmente – procesos interesantes de desarrollo rural y de lo que se denomina desarrollo local, experiencias donde el componente participativo fue importante. Anota también que el Estado ha tenido muchas experiencias con resultados positivos en esta perspectiva, como el eslabonamiento de cadenas productivas, producción organizada para acceso al mercado y otras. En estos procesos hubo un papel muy fuerte de los gobiernos locales y un apoyo importante de la cooperación internacional, sobre todo a través de los organismos no gubernamentales. Sin embargo – aclara – estas experiencias afrontaron tres principales dificultades: primero, tenían un problema de escala; segundo, no fueron política pública; y tercero, no tuvieron la capacidad de sobrevivir al embate de la globalización.

Todo esto, ha sucedido en la sierra y la selva, en tanto en la zona costera se desarrollaban esquemas de desarrollo rural capitalista con grandes irrigaciones, inversión pública y privada, empleo masivo de mano de obra y una alta concentración de la propiedad sobre la tierra, cuya producción ha sido principalmente al encuentro del consumo en las grandes ciudades de la costa y a la exportación. En este escenario,

Foto: Comunicaciones - Foncodes



Creemos que la educación es el sustento del desarrollo. Por eso buscamos una educación de calidad, vinculado a la producción y a la formación de técnicos

Don Ramón Cayllahua Cayllahua

el desarrollo rural de la sierra ha venido rezagado y en la Amazonía casi es inexistente. Cabe aquí entonces, el compromiso del Estado para potencializar las experiencias que se han gestado desde abajo.

La agricultura en la Amazonía y en la sierra debe ser competitiva y el Estado tiene que generar esa competitividad impulsando los servicios básicos, infraestructura vial, el desarrollo de capacidades y facilitando el acceso al crédito y a la asistencia técnica.

Para Eduardo Ballón, un tema fundamental es el ordenamiento territorial y la zonificación económica y ecológica, la articulación con los sectores productivos, los sectores y los distintos niveles de gobierno. En este esquema, sostiene, el Estado tiene que articular sus intervenciones, acercarse al campesino y negociar, "porque ya el campesino ha sobrevivido sin Estado sesenta años".

Desde tierra adentro

Don Ramón Cayllahua Cayllahua, es alcalde del distrito de Yanque, en el corazón del Valle del Colca, en la sierra sur del Perú, en la región Arequipa. Su visión del desarrollo tiene la particularidad de que viene desde un gobierno municipal asentado en la ruralidad de su territorio.

Don Ramón se reconoce como expresión de dos culturas prehispánicas, de intensa presencia aún en esta parte del territorio sur peruano, los collaguas y los cabanas, predecesores de los incas que conquistarían ulteriormente su territorio. Sostiene que enfrentar la pobreza rural supone atender cuatro ejes: salud, educación, producción y turismo. El distrito está ubicado sobre los 3.420 metros sobre el nivel del mar y tenía 2.319 habitantes según el último censo de población realizado por el INEI en el 2007. Aquí se producen papa, cebada,

habas, trigo, y se crían ganado vacuno y ovino, y en las partes altas, camélidos sudamericanos, especialmente la alpaca.

"Creemos que la educación es el sustento del desarrollo. Por eso buscamos una educación de calidad, vinculado a la producción y a la formación de técnicos", sostiene el alcalde, quien ha vuelto al gobierno local mediante las elecciones municipales de fines del 2010. Un aspecto clave para esta autoridad local es el impulso a los proyectos que gestionan los pequeños productores agropecuarios de la zona. Pero demanda del Estado central, coordinación y articulación con el gobierno municipal, los otros sectores del gobierno, los campesinos organizados y las organizaciones no gubernamentales.

La autoridad municipal reconoce, por ejemplo, que el trabajo realizado con uno de los programas sociales del Ministerio

de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS), el Fondo Nacional de Cooperación para el Desarrollo (Foncodes), les permitió generar mayores capacidades de trabajo articulado con la población y el gobierno central y “nos ha dejado muchas enseñanzas”.

“Ha sido positivo. Las rendiciones mensuales de cuentas a la población sobre los avances físico y financiero de los proyectos con Foncodes, y la participación de los ciudadanos en su gestión, son muy importantes. Esto ha hecho que la población exija al gobierno local que también rinda cuentas de sus propios proyectos

Foto: Comunicaciones - Foncodes



Don Teodoro Salinas Tambracc

y actividades. Para nosotros esa es una enseñanza valiosa”.

Este aprendizaje que nos relata don Ramón es una valiosa lección para el Estado en su esfuerzo por construir políticas públicas de desarrollo rural.

El testimonio de don Teodoro Salinas Tambracc, nos ayuda también a entender la pobreza y las posibilidades del desarrollo rural. Teodoro es un campesino quechua de la comunidad de Pampacancha, en el distrito de Huanta, región Ayacucho, en la sierra sureste del Perú. Se desempeña como presidente del Núcleo Ejecutor del proyecto de construcción del canal principal de riego de Pampacancha, y es responsable de la administración de los 428.479 soles (aproximadamente US\$ 161.385) que demanda la obra, cofinanciada con aportes de la propia comunidad y del Foncodes.

Relata que ésta es una experiencia nueva y buena para él. Nunca había desempeñado un cargo similar, “pero me apoyaron los integrantes del Núcleo y mi comunidad. Hemos construido 2.900 metros de canal y hemos rendido cuentas del dinero que nos dieron”.

Su esposa María se molestó con él al enterarse que había sido elegido presidente del Núcleo, pues la responsabilidad suponía muchas horas fuera del

hogar y de sus campos de cultivo. Confiesa que después llegaron las recompensas. Ahora ella está contenta, sus hijos lo han felicitado, y la comunidad de 600 familias ha reconocido su tarea. No es para menos, con la obra se van a irrigar 43 nuevas hectáreas de cultivo, y tendrá un impacto directo en la vida y en la economía de su gente.

Don Teodoro se siente mejor capacitado para enfrentar otras tareas que exige el desarrollo de su pueblo. Y este aprendizaje se lo dio un modelo de gestión que aplica Foncodes de manera concertada y articulada con el gobierno local y la población organizada en el denominado Núcleo Ejecutor, que es un comité de gestión encargado de administrar el proyecto financiado con fondos públicos y de cuyo uso sus miembros deben rendir cuentas públicas tanto a los ciudadanos como al Estado.

¿Qué reflexiones nos suscitan estas opiniones, testimonios y experiencias? Sin duda, más allá del rol que compete a cada quien, y de la responsabilidad que tiene el Estado, está claro que el desarrollo rural es un proceso constante de esfuerzos que requieren sustentarse en la coordinación y la articulación intersectorial sobre la base de una estrategia común para darle oportunidades de sobrevivencia y desarrollo a la población rural del Perú.

“Del alivio a la oportunidad sostenible”

Foto: Comunicaciones - Foncodes



Carolina Trivelli Ávila

Ministra de Estado en el Despacho del Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social del Perú

¿Cuál es la filosofía de trabajo del Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social, en el marco del modelo de desarrollo con inclusión social que promueve el Estado y el gobierno?

El Midis parte de un enfoque de derechos, en el cual el encargo que recibe este ministerio es asegurar que no se nos queden ciudadanos y ciudadanas sin po-

der ejercer su ciudadanía, sus derechos, en particular, en lo que se refiere al acceso a servicios públicos de calidad: salud, educación, e identidad, como núcleo central del proceso de inclusión. Pero todo esto enmarcado en una aspiración mucho mayor de igualdad de oportunidades que permita lograr el desarrollo entre los peruanos.

¿Cuánto tiempo necesitaría el sector para consolidarse en este trabajo con la población vulnerable?

El Midis tiene que existir en la medida en que sigan existiendo brechas significativas para algu-

nos grupos de peruanos, en la medida en que el Midis va detrás de otros sectores. Por ejemplo, si tú dices “todos los peruanos tenemos derecho a contar con agua segura”, el Midis va a tener un rol hasta que haya cobertura total de agua segura; si decimos que “todos los niños peruanos tienen derecho a la educación pública”, entonces mientras haya un niño en el Perú que por el lugar donde nació o por la condición socioeconómica en la que vive, no puede llegar al colegio, ahí el Midis tiene una tarea. Es una tarea que depende de las condiciones del entorno.

La tarea del Midis también depende del desempeño de otros sectores, en particular de los gobiernos locales y los gobiernos regionales...

Y de los sectores que proveen infraestructura pública, de las posibilidades de llevar el desarrollo económico a las localidades, de las posibilidades de que los ciudadanos y ciudadanas ejerzan sus derechos. El tipo de acción que debe hacer el Midis responde a la brecha que hay en alguno de estos espacios, cualquiera sea éste.



Lea la entrevista en la íntegra en:
www.iicaforumdrs.org.br



Julio Acuña Velásquez
Abraham Sugimoto Oliden,
periodistas, colaboradores de la Revista
Fórum DRS



Plataforma de
Apoyo Técnico

Plataforma de Apoyo Técnico
Ejecución de la ECADERT

Regional

Agencia Española
de Cooperación
Internacional
para el Desarrollo



Desarrollo Rural Territorial

rompe fronteras
y une voluntades
en Centroamérica

Más de 250 representantes de gobiernos locales, técnicos gubernamentales, académicos y miembros de la sociedad civil se dieron cita durante cuatro días en San Pedro Sula, Honduras, para analizar los avances y retos tras dos años de ejecución de la Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial (ECADERT). Las redes de trabajo e intercambio de experiencias logradas durante este periodo han comenzado a dar frutos mostrando que es posible “unir voluntades para un futuro mejor de los territorios rurales”

Foto: Hermógenes González



Ana Madrid participó como representante de la Unión de Mujeres Campesinas de Honduras UMCAH. Foto: Hermógenes González.

Ana Madrid y Adenaurys Trujillo viven a más de 1900 kilómetros de distancia, pero durante uno de los paneles de discusión que se realizaron en el marco de la II Semana del Desarrollo Rural Territorial en San Pedro Sula, Honduras, descubrieron las similitudes del trabajo que realizan y los objetivos comunes que comparten. Ana es representante de la Unión de Mujeres Campesinas de Honduras y Adenaurys es miembro de la Red de Guías Ecoturísticas de la Región Enriquillo, en República Dominicana. Cada uno en su contexto, forma parte de un tejido social que desde hace poco más de dos años se viene fortaleciendo en los territorios rurales de Centroamérica y República Dominicana, buscando una gestión innovadora basada en el diálogo y consenso de políticas, estrategias

y acciones propiciadas justamente por actores locales como ellos.

El intercambio de experiencias y visiones entre actores de los territorios fue una de las metas propuestas con la organización de la II Semana de Desarrollo Rural Territorial la cual tuvo lugar del 12 al 15 de junio en San Pedro Sula Honduras, coordinada por la Secretaría de Agricultura y Ganadería de Honduras (SAG), la Secretaría Ejecutiva del Consejo Agropecuario Centroamericano (SE-CAC) y el apoyo financiero y técnico de importantes socios como el Fondo España-SICA; el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) y la Plataforma Regional de Apoyo Técnico al Desarrollo Rural Territorial, un grupo de organismos y redes relacionados al DR que apoyan la ejecución de la ECADERT.

La II Semana de DRT fue el marco de realización de importantes reuniones de seguimiento y evaluación de avances en el marco de la ECADERT así como de la discusión de los grandes retos y tareas inmediatas que deben ser ejecutados para lograr durante los 20 años propuestos en la estrategia, las transformaciones requeridas en los territorios rurales de Centroamérica y República Dominicana en las dimensiones institucional, social, económica, cultural y ambiental.

Una segunda experiencia aun más enriquecedora

La I Semana del Desarrollo Rural Territorial celebrada en esta región, se llevó a cabo del 15 al 19 de noviembre de 2010, en la ciudad de La Antigua Guatemala, y fue la primera experiencia de creación de un espacio para el posicionamiento del enfoque territorial en el desarrollo rural, logrando propiciar un intercambio de experiencias entre países, territorios y actores, así como el fortalecimiento de redes y contactos que favorecieran la ejecución de la ECADERT.

En esta segunda experiencia, realizada con una nueva institucionalidad en construcción y un tejido social fortalecido, se realizó un II Congreso de DRT donde fueron desarrollados paneles de discusión sobre temas

Foto: Hermógenes González



El acto de inauguración del II Congreso de DRT contó con la participación del presidente hondureño Porfirio Lobo, el secretario de Agricultura y Ganadería de Honduras, Jacobo Regalado y como invitado especial el secretario de DR de Brasil, Jerónimo Rodrigues.

como la movilización de recursos para el desarrollo desde los territorios rurales; el establecimiento de servicios y alianzas; las relaciones entre los gobiernos locales y los grupos de acción territorial y agricultura familiar, seguridad alimentaria y desarrollo territorial.

También fueron analizadas experiencias exitosas de iniciativas emprendedoras de jóvenes rurales; la equidad e igualdad de género en el desarrollo de los territorios y el papel de los pueblos indígenas y afro descendientes en la generación de oportunidades.

La agenda de la II Semana incluyó la realización de reuniones preparatorias tales como la IV Reunión de la Comisión Regional para la ejecución de la ECADERT, espacio donde mediante consensos, se definieron los lineamientos regionales para la ejecución de la estrategia.

Por primera vez se incluyó un espacio de encuentro destinado a analizar el papel de la academia en el desarrollo territorial, incluyendo la producción de conocimiento, la formación, y la incidencia en políticas públicas. Se realizó asimismo el II Encuentro de Alcaldes de territorios focales de la ECADERT, en la cual participaron alrededor de 30 alcaldes de territorios seleccionados, en los 8 países del SICA.

La II Semana de DRT también fue escenario del II Encuentro de la Red de Grupos de Acción Territorial de Centroamérica y República Dominicana, siendo uno de los logros más importantes obtenidos de esta cita la transformación de red temporal a red permanente y la aprobación de un reglamento de operación de la red que ahora deberá ser validado por las redes nacionales de GAT en cada país, según explicó la dominicana Oneida Féliz, Coordinadora de la Red de GAT.

Vale destacar además dentro de las incidencias de la II Semana DRT la participación del Secretario de Desarrollo Rural de Brasil; Jerónimo Rodrigues como conferencista invitado y la activa participación de representantes de Grupos de Acción Local de España, miembros de la Red Española de Desarrollo Rural (RED-R)

El papel de los gobiernos locales en el Desarrollo Rural

Conscientes de que en el enfoque territorial que persigue la ECADERT, los gobiernos locales son actores claves; varios de los espacios de discusión se concentraron no solo en el análisis de oportunidades de participación e inclusión en la ejecución de la estrategia, sino también en el intercambio de experiencias de cómo algunos municipios y localidades han logrado implementar iniciativas de desarrollo con enfoque territorial.

Byron Miranda, gerente del programa Agricultura, Territorios y Bienestar Rural del IICA comentó que en ECADERT hay un espacio sobre inclusión social, proceso que avanza a ritmos distintos. Citó además que una sociedad desorganizada no logra impulsar el desarrollo territorial, por lo cual es importante el trabajo estructurado y coordinado entre las redes, comunidades y gobiernos locales.

El sentir general expresado por los representantes de los gobiernos locales es de gran disposición a articularse dentro del proceso ECADERT, tal es el caso de Jesús Aguilar, Alcalde del municipio de Chinacla, departamento de la Paz, ubicado en el Occidente de Honduras quien resaltó como una de las ventajas de unirse a la estrategia la posibilidad de contar con una visión general de lo que ocurre en la región y aprender de aquellas experiencias exitosas de desarrollo rural para aplicarlas en su territorio, una zona que actualmente subsiste gracias a la producción y comercialización de café y otras actividades agropecuarias.

Un gran reto que espera a los gobiernos locales de estos territorios es el de lograr superar algunas debilidades técnicas y administrativas presentes en los sistemas municipales, así como propiciar una mayor participación de la ciudadanía en la toma de decisiones locales.

Territorios transfronterizos y modelos de desarrollo

Fueron analizados en el encuentro experiencias de redes de desarrollo local en territorios transfronterizos de Centroamérica. En el caso del Trifinio, entre Guatemala, Honduras y El Salvador, desde hace más de veinte años se está viviendo un proceso de integración transfronteriza sin precedentes en América Latina. Este territorio trinacional fue creado a través de un tratado que tiene como objetivo contribuir a la integración centroamericana mediante una acción conjunta que tienda al desarrollo integral, armónico y equilibrado de la región fronteriza. El Trifinio ha representado un gran esfuerzo que ha requerido largos espacios de diálogo pues se trata de territorios fronterizos, los cuales se caracterizan por ser territorios sumamente sensibles, comentó Roberto Humberto Roque Polanco, de la Mancomunidad Trinacional Fronteriza Río Lempa.

Actualmente, además del desarrollo de proyectos, han formulado una serie de políticas públicas, por ejemplo: la política local transfronteriza de aguas compartidas, política para el manejo integral de desechos sólidos, política para el manejo sostenible y conservación de bosques.

En vista de que esfuerzos conjuntos de este tipo son los que

persigue y propicia la ECADERT, se espera que el tema de las alianzas entre territorios transfronterizos y establecimiento de mancomunidades sea una de las áreas de trabajo que podrían empezar a tomar fuerza en la ejecución de la estrategia.

Los grandes desafíos

Tras los cuatro días de discusión y como tema recurrente en la mayoría de paneles de discusión y en la sesión de conclusiones del II Congreso, uno de los principales retos es la institucionalización de la Estrategia por parte de los Gobiernos miembros del SICA y la inversión pública en el sector rural. Costa Rica registra un paso importante en esa dirección con la reciente transformación del Instituto de Desarrollo Agrario (IDA) en el Instituto de Desarrollo Rural (INDER).

Mario Samper, coordinador de la Plataforma de Apoyo Técnico PRAT destacó lo desafiante y prometedor del proceso ECADERT, subrayó que con los Grupos de Acción Territorial y sus redes, como también con las Comisiones Nacionales y la Comisión Regional para la ECADERT empieza a construirse una nueva institucionalidad basada en el diálogo público-privado, y motivó a los actores involucrados a continuar participando, intercambiando experiencias y construyendo en torno a la estrategia.

Foto: María Muñoz



Victor Villalobos, Director General del IICA comenta la conferencia del Secretario de Desarrollo Rural de Brasil, Jerônimo Rodrigues

Por su parte, el Secretario Ejecutivo del Consejo Agropecuario Centroamericano (CAC), Julio Calderón, destacó el avance en el trabajo que las redes relacionadas a la ECADERT han logrado y la inclusión de los gobiernos locales y la academia.

Enfatizó que las grandes oportunidades de apoyo y aprendizaje, son reflejadas a través de las vivencias de países como Brasil y España, que han logrado avanzar gracias en parte al desarrollo rural con enfoque territorial.

Para Calderón, queda latente la imperiosa necesidad de continuar avanzando y trabajar ahora en institucionalizar su ejecución en estas naciones y lograr una mayor inversión de los gobiernos en el progreso del campo. "Es un proceso que ya inició y no se va a detener, el nivel de implicación que los actores de los territorios están teniendo nos confirma que las metas propuestas con ECADERT son alcanzables y necesarias para la población rural de Centroamérica y República Dominicana" concluyó.



Noemy Coto, periodista y colaboradora de la *Revista Fórum DRS*

Una estrategia de Desarrollo Rural para Centroamérica y República Dominicana

La ECADERT es una estrategia regional aprobada en junio del 2010 por los Jefes de Estado y Gobierno del Sistema de Integración Centroamericana (SICA) la cual busca generar oportunidades y fortalecer las capacidades de la población de los territorios rurales de Belice, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá y República Dominicana para mejorar significativamente la calidad de vida en esos países y construir una sólida institucionalidad social que impulse y facilite un desarrollo solidario, incluyente y sostenible.

Su formulación se realizó mediante uno de los procesos más participativos y consultivos que se han realizado en el marco del SICA y ha ido tomando fuerza gradualmente primero en el plano regional, después en el nacional y a partir del segundo semestre del 2011 de manera creciente en los territorios.

Se han definido en la región 37 territorios focales para la ejecución de la estrategia y ya han sido definidas y puestas en operación la mayoría de esas estructuras regionales, nacionales y territoriales que respaldarán la ejecución de la ECADERT.





Foto: Archivo IICA

Agricultura familiar: la apuesta salvadoreña

El ambicioso Plan de Agricultura Familiar (PAF) persigue facilitar el acceso de miles de pequeños productores al mercado interno de alimentos de esta nación. Iniciado en febrero de 2011, el Gobierno de El Salvador implementó el PAF para ayudar a salir de la pobreza a las familias más necesitadas de la zona rural del país. Con esta estrategia, el gobierno pretende que casi dos millones de salvadoreños reciban los beneficios de 4 programas, acercándolos al desarrollo familiar y la inclusión social. Conozca en este reportaje un poco más a respecto de ese Plan y algunos de los principales resultados que beneficiarán a más de 390 mil familias salvadoreñas

En un país de rostro escarpado y piel deforestada, como El Salvador, cada metro cuadrado de tierra –que de por sí es limitada–, cada metro cúbico de agua y cada tonelada de esfuerzo humano para producir valen más, satisfacen más, porque su costo también es más.

Aquí hay al menos 395.000 productores agropecuarios (según un censo del 2008, el más reciente) que bregan para sobrevivir, alimentar a sus familias y vender los excedentes. De ellos, unos 325.000 trabajan en áreas menores a 2,1 hectáreas y consumen casi toda su producción; están ubicados en el segmento de la agricultura familiar de subsistencia.

Otros 65.000 labran territorios mayores a las 2,1 hectáreas y venden la mayor parte de los bienes producidos, por lo que obtienen recursos económicos que les permiten contratar mano de obra. Este es el segmento de la agricultura familiar comercial.

El tercer grupo, de unos 5.000, está más tecnificado y tiene propiedades de mayor tamaño. Son los grandes productores del país.

Dirigido a los dos primeros segmentos, el Ministerio de Agricultura y Ganadería salvadoreño (MAG) ejecuta el Plan de Agricultura Familiar (PAF), con el apoyo técnico del Instituto Interamericano de Cooperación para la

Foto: Archivo IICA



Agricultura (IICA) y la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), entre otras entidades.

El plan se divide en cuatro programas: Abastecimiento Nacional para la Seguridad Alimentaria y Nutricional, Encadenamiento Productivo, Innovación Agropecuaria y Enlace con la Industria y el Comercio.

“En El Salvador, no le apostamos a lo agrícola en los últimos 30 años. Eso lo tenemos que cambiar a través de un plan que todo el mundo entienda, acompañado con instituciones que sepan qué es lo que se debe de

hacer, para no perder el tiempo escribiendo cosas”, expresó el ministro Guillermo López, quien regularmente visita los sitios donde el PAF cobra su verdadero sentido, o sea, en el campo, kilómetros lejos su oficina.

Con los recorridos, López quiere sentir cómo palpita el proyecto estrella de la Administración Funes, a la que le restan poco más de dos años de gobierno.

El IICA apoya el programa de abastecimiento del PAF mediante la gestión de insumos agropecuarios, pero concentra su cooperación técnica en el objetivo de facilitar la inserción de la

Foto: Arquivo IICA



agricultura familiar comercial en los encadenamientos productivos, en específico en ocho sectores priorizados por el MAG: café, ganadería (lácteos), miel, frutas, hortalizas, cacao, acuicultura y granos básicos (frijol y maíz).

Con estos agricultores, el Instituto aplica la metodología de Escuelas de Campo, en las que especialistas técnicos del IICA, el MAG y el Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal (CENTA) dan capacitaciones en las mismas parcelas productivas.

Se trata de sectores vitales, pues por un lado generan empleo e ingresos a las zonas rurales y esto ayuda a combatir la pobreza, y por el otro están llamados a atender una demanda interna insatisfecha, que lleva a las familias a importar cerca del 70% de los alimentos que consumen.

Entonces, es en este mercado, abastecido mayoritariamente

por aviones y camiones que llegan de otros países, donde pierden la batalla las tierras escarpadas y deforestadas salvadoreñas y los pequeños productores agropecuarios que dependen de ellas.

Revalorización de la agricultura familiar

De acuerdo con Gerardo Escudero, Representante del IICA en El Salvador, el PAF es una especie de reencuentro del país con su agricultura.

“El mercado interno es el objetivo, la tarea por hacer es cómo vincular en él a los productores de pequeña escala, para aumentar la calidad de vida de las familias rurales”, manifestó Escudero, después de asistir el 22 de marzo reciente a una gira de campo que funcionarios del MAG hicieron a Jiquilisco (departamento de Usulután) y Tecoluca (en San Vicente), donde visitaron escuelas de

campo en cada una de las cuales camaroneros, productores de chile y ganaderos se capacitaban para aumentar su productividad y competitividad.

Las capacitaciones, impartidas por técnicos de amplia experiencia y jóvenes recién graduados de la Escuela Nacional de Agricultura (ENA), atendían temas tan concretos como la elaboración de planes de negocios, la preparación de comederos para los camarones, cómo se aplica abono orgánico al chile en una casa malla (invernadero del medio tropical) o cómo se puede tratar la mastitis (endurecimiento de las ubres de las vacas).

“Los temas no nacen en un escritorio o en una oficina; son los temas sobre los que las personas demandan aprender”, sentenció el ministro López, en medio de una finca ganadera en Tecoluca. Al ministro allí nadie lo esperaba; de hecho, el MAG no avisa cuándo ni dónde hará las visitas.

Son horas de la tarde y en esta parcela apenas empieza la capacitación del día. Otras escuelas de campo arrancan desde la mañana, pero esta no, porque el ganado tiene su horario y es prioridad.

Rápidamente, así como llegó, la delegación emprende su regreso a la capital con cientos de kilómetros de por medio. Pero los técnicos y productores se quedan en el campo, donde palpita el PAF.

Escuelas de Campo despiertan al agro salvadoreño

Capacitar a 16.000 agricultores para que mejoren su productividad es una de las metas del Plan de Agricultura Familiar salvadoreño. El IICA apoya de lleno el ambicioso proyecto.

El bullicio de los estudiantes o el silencio que impera cuando prestan atención son solo dos de los sonidos propios de las Escuelas de Campo que, desde inicios del 2012, se desarrollan en la zona rural salvadoreña; sonidos que se mezclan con los que hacen las aves, las ramas de los árboles o el río cercano.

Este es lo que se oye en “las aulas”, pero lo que se observa son humildes parcelas, manglares cercanos al mar, caminos empedrados y polvorientos y los animales típicos del campo. En medio de todo, cuaderno en mano, los productores preguntan a los técnicos y toman apuntes. Aprenden jugando... tratan de que no se les escape nada.

Son hombres y mujeres adultos y también algunos jóvenes, porque así es la población rural salvadoreña. El promedio de edad supera los 50 años... muchos de los muchachos se han ido.

Esta metodología de capacitación técnica – las Escuelas de

Campo – la impulsa el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) en El Salvador, como parte de su asistencia al Plan de Agricultura Familiar (PAF) gubernamental, en particular al programa de Cadenas Productivas.

La metodología fue creada hace un par de décadas por la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) para países de Asia y África. El aporte del IICA produce una variante, pues además de transmitir conocimiento técnico a los productores para su trabajo en finca, los orienta en temas de comercialización, emprendedurismo y marco institucional. ¡Incluso los facilitadores de las escuelas de campo, unos 300, reciben capacitación! En cada escuela hay tres facilitadores, generalmente uno experimentado y dos jóvenes.

“En este momento y con estas dimensiones, no hay una experiencia similar”, comenta Gerardo Escudero, Representante del IICA en El Salvador. La meta total de escuelas es de 640, de las cuales unas 500 ya están en operación, y contando.

Las escuelas, dirigidas a la agricultura familiar comercial

Foto: Archivo IICA



(compuesta en el país por unos 65.000 agricultores, ya vinculados de alguna manera al mercado), funcionan para ocho cadenas productivas definidas como prioritarias por el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG): café, lácteos, miel, frutas, hortalizas, cacao, acuicultura y granos básicos (frijol y maíz).

En promedio, cada escuela tiene 25 productores. Uno de ellos es Óscar Elías, camaronero de Jiquilisco (departamento de Usulután), quien procura herramientas no solo para aumentar su productividad, sino para hacer mejores negocios: “Aquí los intermediarios vienen y se llevan el producto al precio que ellos dicen, no a lo que realmente vale”. Él, como el resto de agricultores de las ocho cadenas productivas, quiere más acceso al mercado interno de alimentos, eminentemente importador.

Jorge Escobar, coordinador del programa PAF Cadenas Productivas, afirma que son los produc-



tores los que ponen las reglas, normas que van desde el horario hasta el respeto entre compañeros. Por supuesto, parte de los contenidos de cada sesión también surge de sus mismas necesidades. “Se detectan los problemas y limitaciones de los productores, luego se establece un temario para seis meses, que debe cubrirse en una sesión semanal de tres horas”, explicó.

Los temas también surgen de los talleres de caracterización de las cadenas productivas, efectuados por el MAG y el IICA, cuyo fin es diagnosticar el nivel de coordinación entre los eslabones, afinarlo y alcanzar acuerdos de competitividad, es decir, orientar la cadena completa hacia el objetivo de elevar la venta de alimentos nacionales en el mercado interno salvadoreño.

Los adultos van a la escuela

Zoyla Rivera, su esposo y seis hijos son camaroneros en Jiquilisco. En la escuela de campo han aprendido cuál es el peso ideal de los crustáceos para la venta.

“Si sacamos el camarón de dos meses y medio, lleva buen crecimiento. Si son 60 ó 65 por libra, está bien; ahorita están sacando unos allá en el otro lado, en la China, a US\$2 y son 65 por libra”, narra la mujer con toda propiedad mientras, a unos pocos metros, el instructor del MAG y del IICA habla sobre cómo preparar comederos para estos animales, y unos metros más allá los estanques brillan bajo un sol que calcina.

La metodología de Escuelas de Campo está diseñada para adultos, destaca Édgar Cruz, especialista en competitividad del IICA. Se escogió porque parte de hábitos ya instalados en la gente, los cuales se socializan y pulen para luego llevarlos, mejorados, a la práctica. De acuerdo con Cruz, las escuelas permiten implementar rápidamente avances en las técnicas agropecuarias.

“Nuestra asistencia procura transformaciones en los productores salvadoreños, el conocimiento no se trae de vuelta, sino que se queda en el campo”, agrega Cruz. Para este propósito,

el IICA trabaja codo a codo con las oficinas del MAG y el Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal (CENTA) a lo largo del país. Paulatinamente, se crearán capacidades para que en el 2013 el Ministerio asuma la coordinación de los facilitadores.

Jéssica Gálvez, de 23 años, es una de estas extensionistas. Recién graduada de la Escuela Nacional de Agricultura, capacita a cafetaleros del municipio de Chinameca, en el departamento de San Miguel, con quienes depura las habilidades de empaque. “Tal vez conocen buenas técnicas, pero no acostumbran usarlas”, dijo apenas disimulando una sonrisa: acababa de recibir su título de técnica agropecuaria.

Gálvez viajó a San Salvador el día anterior, solo para graduarse. Le quedan apenas unas horas, antes de regresar a Chinameca, para disfrutar con sus 111 compañeros recién titulados. Todos tienen trabajo y deben volver, al día siguiente, a capacitar productores en las escuelas de campo.



Por Comunicación IICA



ACESSE:

Agricultura familiar: la apuesta salvadoreña

Video: http://youtu.be/N_OU1FpylBc

AgroEnlace (radio): Agricultura familiar, la apuesta salvadoreña

http://zeus.iica.ac.cr/Agroenlace/2012/descargas/07_Programa_Agricultura_familiar_salvadore%C3%B1a.mp3

Escuelas de Campo despiertan al agro salvadoreño

Video: <http://youtu.be/mXvb8B80ekY>

AgroEnlace (radio): Formando agroempresarios, las Escuelas de Campo

http://zeus.iica.ac.cr/Agroenlace/2012/descargas/08_Programa_Escuelas_Campo.mp3



“

Se não houver preocupação nutricional, o Brasil pode perder em outro lado. Pois aumentaria o número de diabéticos, obesos mórbidos, dentre outras doenças. Não adianta fornecer o alimento só por fornecer. É fundamental que seja balanceado. Não pode ser só proteína ou apenas açúcar. Não é tão simples assim ”

Silvia Zimmermann, especialista





Foto: Regina Santos, Arquivo IICA

A experiência brasileira no combate à fome

A segurança alimentar nutricional é um dos temas mais difíceis de ser solucionado em todo o mundo, principalmente, na América Latina e no continente africano. É evidente que o Brasil também passa por problemas quando se fala na questão. Fome ainda é um grande adversário do País, mesmo sendo o carro-chefe a ser combatido pelo Governo Federal. Porém, outro lado desse mal vem dando mais dor de cabeça: a obesidade. Para combatê-los o Brasil caminha em passos importantes. Em 15 de setembro de 2006, foi criada a Lei número 11.346 justamente com a intenção de melhorar o quadro. Quatro anos depois, o Decreto nº 7.272 passou a regulamentar a Lei, e impulsionou a Segurança Alimentar Nutricional do País. Conheça nesta reportagem um pouco mais da experiência brasileira no tema

A fome é um dos maiores males vivenciado pela população mundial e organizações de todas as esferas da sociedade em todo o planeta se mobilizam como podem para contribuir com soluções. O Brasil não está ileso a este problema, mas, segundo estatísticas e especialistas na área, o País já pode ser considerado um exemplo para outras nações da América Latina.

Tal afirmação se fundamenta no fato da Constituição Federal brasileira possuir uma lei voltada justamente para a Segurança Alimentar Nutricional. Este fator fez com que, mesmo que de maneira forçada, entidades governamentais passassem a dar mais importância ao tema. Ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi promulgada e mais tarde regulamentada a Lei.

Doutora e assistente de pesquisa do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ), Silvia Zimmermann se mostra bastante otimista com a situação do Brasil. “Por estar na Constituição Federal, a segurança alimentar nutricional passou a ser mais organizada. Existe um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) Federal, os estaduais e aos poucos serão implantados os municipais. Uns têm mais dificuldade financeira que outros.

Por isso, demanda mais tempo e paciência”, admite a especialista.

O Consea existe desde 2003, mas depois que a lei foi promulgada, houve mudanças drásticas dentro do sistema da organização. “Pode parecer besteira para algumas pessoas, mas só o fato de haver debates, discussões mais frequentes a respeito do tema, já fico bem feliz. Nós, especialistas da área, lutamos bastante para isso acontecer e foi uma luta longa para atingirmos essa primeira etapa. Alguns dados mostram evolução, mesmo que pequena. Antes nem esse mínimo crescimento havia”, contou Zimmermann.

Por outro lado, a especialista lembra problemas enfrentados em alguns municípios mais carentes. “Após criar o espaço (Consea municipais), terá de ser investido dinheiro para criar canais de comercialização. Não é tão simples. Existem lugares menos desenvolvidos que não possuem sequer uma quitanda. Além disso, é necessário melhorar o local. Dar oportunidades de emprego. Pois o cidadão pode até, depois de um tempo, ter aonde comprar. Mas é importante que tenha condições de comprar o alimento”, ressalta a especialista.

Cuidados Nutricionais

A mestrande e assistente de pesquisa do CPDA/UFRRJ deixou bem clara a importância de que a Constituição Federal não trata

apenas a questão da Segurança Alimentar nua e crua. A palavra nutricional faz uma imensa diferença. “De que adiantaria chegar comida a todos os brasileiros - sei que é difícil, mas o exagero é importante para eu ser compreendida - se forem alimentos sem função nutricional?”, indaga Silvia.

Ela lembra a questão de que se a comida fosse qualquer uma, o problema da fome poderia até ser diminuído, mas aumentaria certamente o número de pessoas com doenças. “Assim, o Brasil pode perder em outro lado. Pois aumentaria o número de diabéticos, obesos mórbidos, dentre outras doenças. Não adianta fornecer o alimento só por fornecer. É fundamental que seja balanceado. Não pode ser só proteína ou apenas açúcar. Não é tão simples assim”, explica Zimmermann.

Implicações da má distribuição nutricional

As afirmações dadas por Silvia Zimmermann trazem à tona uma alarmante situação no Brasil: a quantidade de obesos é cada vez maior. De acordo com dados estatísticos pesquisados pela reportagem do Fórum DRS, a especialista tem razão ao enfatizar a necessidade de balancear os elementos nutricionais da alimentação a ser oferecida.

O peso dos brasileiros aumenta de forma assustadora. Em 2009, uma em cada três crianças de 5

a 9 anos, estava acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A parcela dos meninos e rapazes de 10 a 19 anos de idade com excesso de peso passou de 3,7% (1974-75) para 21,7% (2008-09), já entre as meninas e moças o crescimento do excesso de peso foi de 7,6% para 19,4%. Também o excesso de peso em homens adultos saltou de 18,5% para 50,1% e ultrapassou, em 2008-09, o das mulheres, que foi de 28,7% para 48%.

O sobrepeso e a obesidade são encontrados com grande frequência, a partir de 5 anos de idade, em todos os grupos de renda e em todas as regiões brasileiras. Nos últimos 35 anos, o Brasil passou por uma impressionante transformação. Completou a transição de país rural para sociedade urbana e industrial, deixou para trás índices vergonhosos de mortalidade infantil e analfabetismo, depois que conseguiu domar a inflação. Nos anos 90, consolidou um aumento substancial da renda da população. Esse conjunto de fatores permitiu reduzir drasticamente o histórico problema da desnutrição no Brasil. E resultou numa impressionante mudança no padrão físico do brasileiro.

E é aí que a boa notícia começa a dar lugar à preocupação. O déficit de peso atinge hoje menos de 5% da população – o que é um indicador social positivo da maior relevância. Mas o excesso e a obesidade explodiram.

O Ministério da Saúde constatou a mesma tendência no rastreamento telefônico que faz para monitorar fatores de risco para doenças crônicas. A explicação está principalmente no padrão de consumo alimentar. As famílias estão gradualmente substituindo a alimentação tradicional na dieta do brasileiro – arroz, feijão, hortaliças – por bebidas e alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, carnes processadas e comida pronta. Tudo mais calórico e, em muitos casos, menos nutritivos.

Ou seja, além de se constituir em problema pelos riscos decorrentes do sobrepeso em si – como doenças do coração e diabetes – o sobrepeso é causado por uma alimentação pouco saudável.

CONSEA

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição.

Instalado em 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria a Presidenta da República, Dilma Roussef, na formulação de políticas e diretrizes para que o País garanta o direito humano à alimentação.

Pela sua natureza consultiva e de assessoramento, o Conselho não é, nem pode ser, gestor nem executor de programas, projetos, políticas ou sistemas. Inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros.

Um dos primeiros presidentes do Consea, um dos maiores especialistas de Segurança Alimentar no mundo, Renato Maluf, é um dos grandes defensores de se aliar a Soberania Alimentar com a Segurança. “Muitos pensam em Soberania como uma forma de abandonar o comércio internacional. Isso é impossível, mas não podemos nos tornar reféns dele. O comércio internacional pode ficar em segundo plano, mas jamais abandonado”, explica.

Segundo Maluf, o meio rural do Brasil por ser heterogeneo, precisa ser livre para decidir tudo relativo à alimentação. “Alimentação é um direito à vida. Essas famílias que moram no meio rural devem ter o direito a escolher o que comer, como comer, como produzir o alimento, levando em conta os hábitos, costumes e características do território. Amazônia e Rio Grande do Sul possuem características diferentes, por exemplo”, conclui Maluf.

Criação de subcomissão

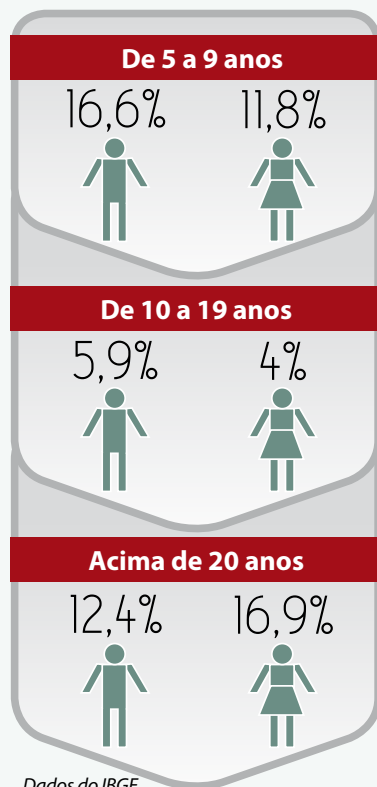
Foi instalada na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (CSSF) a Subcomissão Especial sobre Segurança Alimentar. O requerimento para a criação do colegiado é do deputado federal Padre João (PT-MG).

O objetivo é avaliar os avanços e desafios das políticas públicas sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Dentre as metas, estão a proposição de mecanismos e instrumentos que possam aperfeiçoar estas políticas; e de iniciativas que promovam a proteção e a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável no país.

Nos trabalhos da Subcomissão estão previstos a realização de audiências públicas - a primeira seria intitulada "Os órgãos federais e a política de Segurança Alimentar e Nutricional – Balanços e Perspectivas" -, a implantação de grupo de trabalho e apoio técnico composto por membros das assessorias parlamentares, dentre outros.

"Atuaremos para a análise das políticas e avaliação dos processos de apoio à produção, a comercialização e ao consumo e acesso aos alimentos e à água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, que possam garantir a melhoria condições de vida da parcela mais vulnerável da população brasileira", explica o deputado.

Obesidade no Brasil



Serão contatados para parceria nos trabalhos os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e da Pesca e Aquicultura; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Ministérios Públicos Estaduais e Federal; Universidades; entidades representativas sociais, como a Via Campesina; dentre outros.

Os trabalhos da Subcomissão durarão por três meses, com a possibilidade de prorrogação por mais 90 dias.

As principais disposições da Lei Número 11.346, de 15 de setembro de 2006



Art. 1º

Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Art. 2º

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

Art. 3º

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 4º

A segurança alimentar e nutricional abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

Art. 7º

A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º A participação no SISAN de que trata este artigo deverá obedecer aos princípios e diretrizes do Sistema e será definida a partir de critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser criada em ato do Poder Executivo Federal.

II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

a) convocar a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio;

b) propor ao Poder Executivo Federal, considerando as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

c) articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



Petrolino Oliveira, jornalista,
colaborador da Revista Fórum DRS





John Wilkinson é Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)



Foto: Arquivo Fórum DRS

Inovação. A própria definição da agricultura familiar e sua consolidação numa política ancorada no Estado e não associada simplesmente a um governo ou um partido. Esta é uma inovação fundamental que norteia todas as nossas atividades nos últimos vinte anos e a consagração de uma categoria social não antes reconhecida.

A mesma coisa, hoje em dia, está acontecendo com o conceito de território. É fato que os movimentos sociais, agricultura familiar, todos estes que têm que buscar formas alternativas de inserção produtiva. Isso faz com que precise gerar e transmitir inovações na sua própria forma de organização e suas próprias formas de se comunicar com a sociedade, como a certificação participativa.

As próprias redes e associações que estamos desenvolvendo em relação ao território, ultrapassam as organizações

Inovação relacionada aos movimentos

tradicionais de sindicatos e partidos políticos e estão criando redes e organizações que são, por si só, inovações fundamentais na forma de organizar a ação coletiva. Esta é a questão de inovação. E esta questão se eleva em nível do Estado, a relação de política, a relação público-privado, a forma de articulação nova entre o Estado e a sociedade civil através da promoção de conselhos, através da internalização das negociações da sociedade civil, estes são inovações institucionais fundamentais no período de hoje.

Então, você pode dizer também que inovações são criações coletivas de pressões, de movimentos sociais, de reflexões da academia, que desenvolvem cada vez mais instituições complexas para lidar com problemas de uma maneira totalmente diferente. Eu acho que isso tem sido um grande feito nos últimos tempos.

Eu estou enfatizando os elementos positivos da inovação. Nós temos uma tendência dominante de inovação que pode ser articulada em toda uma série de elementos que são extremamente ameaçadores em termos de desemprego, em termos de

apropriação privada de conhecimento, em termos de políticas implícitas, da Macroeconomia, que dificultam ações de inovação de inserção global que pressionam para dificuldade de adoção de políticas que promovem inovação, todos estes elementos. Eu não estou desconsiderando isso, mas eu queria enfatizar as questões centrais.

Então, quais são as conclusões disso: que inovação é fundamentalmente um processo social. Não deveria ser vista como uma atividade própria, apenas da ciência e da tecnologia, da pesquisa e do desenvolvimento. O acesso ao conhecimento é uma pré-condição fundamental à capacidade inovadora. É um empecilho absolutamente fundamental para isso, além da questão que inovação é substantivo. Não é simplesmente produtividade, não é simplesmente criatividade, é opção em torno de valores do tipo de desenvolvimento que queremos. E, portanto, para concluir, não devemos pensar em inovação simplesmente como um objeto de política, mas a inovação é a origem de novas políticas ao mesmo tempo. ■



Leia este artigo na íntegra no site do Fórum DRS: www.iicaforumdrs.org.br

“SEJAMOS CLAROS: INSERÇÃO PRODUTIVA DESMANTELA O AGRONEGÓCIO”

Cândido Grybowski, diretor do Ibase.



Frases impactantes.

Depoimentos inusitados.

Frente a frente gestores públicos, pesquisadores e membros da sociedade civil discutindo o rural brasileiro.

Todo mês um diálogo novo sobre um tema DRS.



Mais informações:
www.iicaforumdrs.org.br





"A principal conquista da Conferência foi a inclusão da questão social (na meta de erradicação da pobreza) por meio do conceito de economia verde, no espectro da proteção ambiental. Definitivamente, insere-se a questão ambiental na proteção dos direitos humanos."

Larissa Ramina, Doutora em Direito Internacional pela USP. Professora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil. Professora do UniCuritiba

"Nas instituições que se dedicam a estudar as questões que mexem com a ecologia, tudo parece conduzir para que a última palavra seja, não dos ambientalistas inseridos, eventualmente, na estrutura governamental, mas dos potenciais poluidores incrustados no sistema econômico."

Enio Squeff, artista plástico e jornalista

"O que espanta é que o documento final e o rascunho não mostram nenhum sentido de autocritica. Não se perguntam por que chegamos à atual situação, nem percebem, claramente, o caráter sistêmico da crise. Aqui reside a fraqueza teórica e a insuficiência conceitual deste e, em geral, de outros documentos oficiais da ONU."

Leonardo Boff, teólogo e escritor

"O documento final da conferência das Nações Unidas não menciona nem uma única vez a crise econômica e financeira global. Pouco importa que a crise já tenha se convertido na Segunda Grande Depressão. De alguma maneira, os funcionários do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) consideraram que esse assunto não era relevante em uma conferência sobre sustentabilidade. Tentaram tapar o sol com um dedo, ignorando o fato de que o setor financeiro é o epicentro da crise global."

Alejandro Nadal, membro do Conselho Editorial da Revista *Sin Permiso*



“Se a métrica for o documento final, os resultados da Eco-92 também foram pífios [...] a Rio+20 é muito mais do que suas resoluções. São seis mil eventos com a participação de quase cem mil pessoas de várias partes do mundo em iniciativas das mais diversificadas. A conferência comporta fóruns governamentais, parlamentares, empresariais, de movimentos sociais e de entidades privadas, como ONGs. Raros eventos de escala planetária comportam tamanha pluralidade de agentes em seu interior.”

Gilberto Maringoni, em artigo intitulado *A Rio+20 não é um fracasso* publicado na Agência Carta Maior

“É uma perversão total transformar a natureza em mercado. Economia verde é suprir o capitalismo com mais capitalismo.”

disse **Boaventura de Sousa Santos**, sociólogo e professor da Universidade de Coimbra

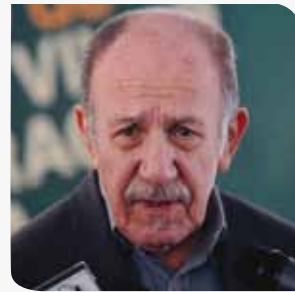


Foto: Arquivo Fórum DRS

“A economia solidária vai ser a economia de transição, ela vai nos ajudar a fazer o trânsito entre a produção e o consumo[...]é o melhor modelo desenvolvido até agora.”

Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego

“[...] não há compromisso concreto. Podem verificar. Onde há um compromisso em cifras, por exemplo, com o limite de emissões de gases, compensações, acordos, acordos vinculantes como seria uma declaração de direitos da natureza em um tribunal internacional do meio ambiente, como propôs o Equador. Não há nada disso. Fala-se de cuidar melhor do planeta, mas não há um compromisso concreto. O avanço é muito pequeno.”

Rafael Correa, presidente Equador



Eng. Marcus Vinícius é Consultor da Área de Gestão Sustentável de Recursos Naturais, Gestão Ambiental e Adaptações às Mudanças Climáticas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA



Foto: Arquivo Fórum DRS

Após 10 dias de reuniões e mais de 3000 eventos ocorrendo em paralelos na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável finalizou as atividades com a sensação de que “deveríamos ter feito mais...”.

Quando avaliamos os resultados desta mesma Conferência realizada em 1992 (Eco-92), vemos que aquele foi um momento histórico para a Sustentabilidade Ambiental, onde foram firmadas diversas convenções, protocolos e acordos.

Porém, infelizmente, várias das conquistas de 1992 ainda permanecem no papel, e na Rio+20 a maioria dos países não assumiu compromissos em virtudes de diversos fatores, porém o que mais pesou foi a crise econômica em que vivemos.

O otimismo em um evento como este é indiscutível, entretanto, não é parâmetro para se mensurar metas cumpridas e

O Legado da Rio+20: Do otimismo à realidade

resultados alcançados em uma Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável com a presença de quase 200 chefes de estado.

O documento final intitulado “O futuro que Queremos”, se resume em propostas de ações, porém não há mecanismos de verificação se serão cumpridas ou não.

O Brasil tem evoluído em alguns aspectos como a adoção de fontes de energias sustentáveis, que hoje chega a cerca de 45% de nossa matriz energética, e ampliação das áreas de proteção ambiental, além da redução do desmatamento. Porém vem regredindo em outros aspectos como a alteração do Código Florestal, sem aplicar o conhecimento da ciência e tecnologia, em virtudes de pressões dos interesses econômicos.

Apesar de o país ter Planos de Resíduos Sólidos, Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Mudanças Climáticas, Combate à Desertificação, entre outros, é necessário a implementação de tais leis a nível municipal, pois apesar

do Brasil ser referência mundial na legislação ambiental, faz-se necessário o uso de tais leis no âmbito da atuação prática.

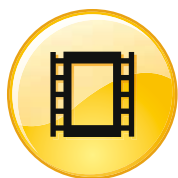
Para alcançar o objetivo das Cidades Sustentáveis ainda é necessário investir muito no Brasil em transporte público, conservação dos recursos hídricos, abastecimento de água, tratamento de resíduos sólidos e efluentes, retirada de famílias em áreas de riscos, além do uso eficiente de energia com fontes mais limpas e renováveis, além do plantio de árvores nas cidades.

Ao término da Rio+20, fica evidente que as mudanças não virão de promessas políticas otimistas, mas de uma população educada, com cidadania e atuante nas cobranças, como diversos exemplos da Sociedade Civil organizada. Devemos rever os nossos padrões de consumo e fazer a nossa parte, pois desta forma haverá maior probabilidade de mudança do nosso modelo econômico para o Desenvolvimento Sustentável. O otimismo é de fundamental importância, porém sem ação prática ele acaba se tornando utopia. ■

REPENSANDO O CONCEITO DE RURALIDADE NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS



Acesse o site do Fórum DRS e fique por dentro do projeto que vai mudar os seus conceitos sobre o rural brasileiro!



Vídeos



Notícias



Galeria de Fotos



Áudios



Depoimentos
dos principais
envolvidos

Mais informações:
www.iicaforumdrs.org.br



Maria Nazareth Wanderley é Professora da Universidade Federal de Pernambuco



Foto: Rodrigo Germano, Arquivo IICA

O desenvolvimento rural sustentável tem como fundamento as dinâmicas sociais que resultam da presença de comunidades rurais. Proponho, portanto, ao analisar as dinâmicas sociais rurais, que o centro de nossas atenções esteja focalizado no dinamismo que resulta da presença de comunidades rurais, numerosas e diversificadas, pois são elas que fazem do mundo rural um espaço de vida e de trabalho.

Em que consiste esse mundo rural dinâmico e integrado? Em primeiro lugar, um mundo rural dinâmico e integrado é um mundo rural povoado. A sociedade brasileira não parece se comover diante da possibilidade do esvaziamento social dos espaços rurais. Eu me lembro de um programa de televisão, um documentário que saiu sobre um novo rural brasileiro em que aparecia no Centro-Oeste de Goiás uma paisagem rural onde só tinha soja, aquelas máquinas enormes, o dono da máquina dirigindo a máquina, que por sinal era o governador do Estado. Este

Cinco reflexões sobre as dinâmicas rurais do semiárido

é um mundo rural sem gente, isto não gera desenvolvimento. Não é raro que a constatação da saída da população do campo para as cidades, inclusive para as pequenas cidades próximas, seja percebida não só como fato natural, mas também como processo inevitável e mesmo desejável.

Em segundo lugar, um mundo rural dinâmico e integrado não é apenas um campo de investimento, mas tem como base uma comunidade de vida e de trabalho. Não é um aglomerado qualquer. A condição essencial para que estes conjuntos populacionais do campo sejam enraizados e dinâmicos de forma a garantir sua permanência e sua reprodução no futuro, é que eles sejam efetivamente uma comunidade de proprietários.

Terceiro ponto. No caso particular do meio rural brasileiro, a população é constituída fundamentalmente por agricultores. Sobre esse aspecto o meio rural brasileiro se distingue do que existe em outros países desenvolvidos. As pessoas que moram no meio rural brasileiro, em sua grande maioria, se definem como agricultores. Isto me leva a afirmar a centralidade da condição de produtor do habitante do campo.

Em quarto lugar, ainda a respeito do que é esse desenvolvimento baseado nas comunidades rurais e como um desdobramento da afirmação anterior, desenvolver o mundo rural não pode visar e nem ter como resultado a destruição da cultura camponesa e sua substituição por formas de produzir que são completamente estranhas a população local. Eu fico assustada quando percebo que a expressão agricultor de sequeiro, ou agricultura de sequeiro, carrega um tom pejorativo e estigmatizante.

Finalmente em quinto lugar, o mundo rural dinâmico está profundamente integrado a dinâmica municipal e regional. Penso que há ainda no Brasil uma percepção dominante a respeito do mundo rural segundo a qual ele seria fadado a desaparecer, a ser engolido pelas dinâmicas urbanas. As zonas rurais se transformando em bairros das cidades mais ou menos distantes do centro. Para alguns este processo deve ocorrer naturalmente, cabendo aos donos do desenvolvimento à missão de educar os camponeses para aceitar sua destruição. Sina de camponês no mundo inteiro. ■



Leia este artigo na íntegra no site do Fórum DRS: www.iicaforumdrs.org.br

Mais que uma série,
uma referência no tema DRS
para você!



Conheça toda série no site:
www.iicaforumdrs.org.br

Momento DRS

Manifestação Cultural durante o momento de ambientação dos alunos do II Curso Internacional de Desenvolvimento Territorial

Recife - Pernambuco - Brasil

